

O SR. ALESSANDRO GUEDES (PT) - Quero que meu tempo seja reestabelecido.

O SR. DALTON SILVANO (DEM) - (Pela ordem) - Faltou o número da sua candidatura ali. Isso é campanha política.

O SR. ALESSANDRO GUEDES (PT) - Por favor, Sr. Presidente, quero que meu tempo seja reestabelecido. Quero, Sr. Presidente, por favor, que o tempo seja reestabelecido pela interrupção. Eu estava em 10 minutos, Sr. Presidente.

- Assume a presidência o Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM) - Nobre Vereador, V.Exa. tem meia hora para dar ou não aparte.

- Manifestações simultâneas.

O SR. ALESSANDRO GUEDES (PT) - Por favor, reestabeleça o meu tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM) - V.Exa. tem meia hora para concluir.

O SR. ALESSANDRO GUEDES (PT) - Sr. Presidente, por favor, reestabeleça o meu tempo. Foi interrompido para poder falar que eu estava lançando o número de candidatura. Isso não tem nada a ver com o projeto. Peço a V.Exa. que, por favor, reestabeleça o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM) - Vereador, V.Exa. tem 30 minutos para dar ou não o aparte.

O SR. ALESSANDRO GUEDES (PT) - Eu não cedi apartes. S.Exa. me interrompeu, por isso estou pedindo.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM) - Trinta segundos eu darei ao final.

O SR. ALESSANDRO GUEDES (PT) - Por favor, reestabeleça meu tempo em 30 segundos, por favor.

Onde está o Vereador Eduardo Suplicy?

- Manifestações fora do microfone.

O SR. ALESSANDRO GUEDES (PT) - Vereadora Juliana, peço desculpas por não ter sido possível conceder aparte. Não falei tudo o que queria falar, mas quero dizer que vamos combater aqui até os últimos dias para mostrar que São Paulo não está à venda, e o Sr. Prefeito está de passagem, a Cidade não é de S.Exa.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM) - Completando o tempo do Vereador Alessandro Guedes, tem a palavra, para discutir, o Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LIC Y (PT) - Sr. Presidente Vereador Milton Leite, queridas Vereadoras e Vereadores, eu gostaria de saudar a presença na galeria da Presidente Antonia Cileide Oliveira de Souza, da Cooperativa dos Vendedores Autônomos do Parque Ibirapuera, que está completando 17 anos, pois foi fundada em 2000.

Eu gostaria de dizer ao caro Vereador Alessandro Guedes que agradeço o tempo que me concedeu, agradeço a oportunidade, porque gostaria de falar da preocupação das cooperativas e dos permissionários de parques tais como Ibirapuera, do Carmo e tantos outros que, na Cidade, têm proporcionado que vendedores construíam suas cooperativas.

O Sr. Prefeito João Doria anunciou que estaria considerando privatizar os parques, depois disse que não era propriamente privatização, não iria vender qualquer dos parques, mas iria realizar projetos de concessão. É muito importante termos possibilidade de debater mais em profundidade o PL 367, por exemplo, para garantir a continuidade das formas de economia solidária, as cooperativas, para que elas possam continuar a existir e, de maneira exemplar, tal como ensina, por exemplo, o querido Prof. Paul Singer, o grande estimulador de cooperativas no Brasil, que neste sábado foi homenageado de forma tão bonita ao proferir aula inaugural da Escola de Economia Solidária na Av. Corifeu de Azevedo Marques.

Há um livro da jornalista e escritora Mônica Dallari que conta a história, pois ela entrevistou 115 cooperadas e cooperados, da Cooperativa dos Vendedores Autônomos do Parque Ibirapuera. Ela mostrou a história dessas pessoas vindas da Paraíba, do Ceará, de Minas Gerais, do Paraná, do interior de São Paulo e dos mais diversos estados brasileiros para conseguir alguma oportunidade de trabalho, muitas vezes tendo dificuldades, e foram vender os mais diversos comestíveis, sucos, água, água de coco e outros no Parque do Ibirapuera, Parque do Carmo, Parque Villa-Lobos e nos mais diversos parques da cidade de São Paulo, nesse Parque Linear mostrado pelo Vereador Alessandro Guedes.

Em janeiro de 2000, procurei-me a Sra. Antonia, dizendo: "Por favor, Senador, veja a nossa situação: o Prefeito Celso Pitta nos informou que teremos de sair do Parque até outubro, porque cinco grandes empresas vão tomar conta de cinco quiosques cada e, se quisermos, poderemos ser empregados dessas empresas. Mas acontece que aqui estão algumas pessoas que trabalham desde a inauguração do Parque. São mais idosos, outros têm deficiências. Como será possível?". Eu então disse: "Por que vocês não formam uma cooperativa?". A Sra. Vivian Vieira, que também frequenta o Parque, como eu, advogada e psicóloga, se dispôs a escrever o estatuto da cooperativa que então foi formada.

Lembro-me de ter ido à missa de aniversário da cidade de São Paulo, em 25 de janeiro, quando conversei com o Sr. Celso Pitta e com o Sr. Ricardo Ohtake, o então Secretário do Verde e do Meio Ambiente, e falei dessa proposta de cooperativa que elas poderiam apresentar como uma empresa interessante. E eis que o Sr. Celso Pitta cancelou aquela norma e então essa cooperativa deu oportunidade para que aqueles vendedores, antes ambulantes, agora denominados vendedores autônomos, ao vender água de coco, Gatorade, fizeram um entendimento com a Pepsi, hoje AmBev, pelo qual 115 carrinhos foram financiados para os cooperados, e tiveram uma experiência notável.

A certa altura, lá por volta de 2010, a Sra. Antonia achou melhor que houvesse outra presidente, a Selma, por quatro anos. Mas ela voltou e agora continua a dirigir a cooperativa, uma pessoa tão querida, não apenas por todos os cooperados, mas por todos aqueles que frequentam o Parque.

Pois bem, relatei essa história ao Prefeito João Doria e S.Exa. esteve no Parque há cerca de dois ou três meses, eu o acompanhei, e S.Exa. conversou com a Presidente Antonia, da cooperativa que tem 115 cooperados, e também com a Sra. Presidente da outra cooperativa que tem 53 pessoas cooperadas. E S.Exa. falou - eu estava ao lado - para a Sra. Antonia e para a outra Sra. Presidente: "Olha, eu vou assegurar a continuidade do funcionamento da cooperativa". Eu achei isso muito positivo.

Mas quero, prezados Srs. Vereadores, apresentar uma proposta de emenda - por ocasião da segunda votação eu vou apresentar - para garantir efetivamente o compromisso do Sr. Prefeito de que essas cooperativas continuem a funcionar, porque eis que todas as pessoas, as famílias dos cooperados passaram a ter a garantia, por estarem vivendo em melhores condições, de suas crianças e adolescentes frequentarem a escola. Hoje algumas dessas crianças e adolescentes passaram a ingressar e se formar em Psicologia, ...

A SRA. JULIANA CARDOSO (PT) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM) - Há um orador na tribuna, Sra. Vereadora, V.Exa. tem de pedir para S.Exa. Mas pediria que não interrompesse o orador.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LIC Y (PT) - ... Em Psicologia, Direito, Enfermagem e assim por diante.

Por favor, Vereadora Juliana Cardoso, bem rápida, porque eu...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM) - Já acabou seu tempo, Sr. Vereador. Eu pediria que V.Exa. concluísse.

A SRA. JULIANA CARDOSO (PT) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM) - S.Exa. não deu aparte. Sr. Senador, pela conclusão. Fique à vontade. Concluindo o raciocínio.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LIC Y (PT) - Em minha conclusão, quero ressaltar que elogiei aquela portaria intersecretaorial que proíbia que, na hora do rapa, ...

O Sr. Dalton Silvano (DEM) - V.Exa. concede aparte?

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LIC Y (PT) - Agora não dá tempo, Sr. Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM) - Não cabe mais, Vereador Dalton, já acabou o tempo.

O SR. DALTON SILVANO (DEM) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, nem para pedir para os Srs. Vereadores descerem ao plenário?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM) - Não, Sr. Vereador;

A SRA. JULIANA CARDOSO (PT) - (Pela ordem) - Não pode ficar falando aí no microfone de apartes.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM) - V.Exa. estava atrapalhando, Sra. Vereadora.

Senador, por favor.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LIC Y (PT) - Terminando, quero dizer que eu espero que o Sr. Prefeito e o Sr. Governador venham de fato a respeitar essa portaria que impede, seja a Guarda Civil Metropolitana, sejam os servidores e mesmo a Polícia Militar, de recolher bens pessoais, laborais e de sobrevivência dos moradores em situação de rua, porque, em diversas ocasiões, isso continua a acontecer na nossa cidade, como, no dia 28, à noite, aconteceu lá embaixo do Minhocão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. JULIANA CARDOSO (PT) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, para um comunicado de liderança do meu Líder.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM) - No momento oportuno lhe darei.

A SRA. JULIANA CARDOSO (PT) - (Pela ordem) - Mas já é o momento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM) - Não, não é. Sou eu que decido, Sra. Vereadora. Sinto muito. Tem a palavra o nobre Vereador Paulo Frange.

A SRA. JULIANA CARDOSO (PT) - (Pela ordem) - Mas V.Exa. vai passar por cima, Sr. Presidente. Eu pedi pela ordem antes de V.Exa. passar! Eu posso dar um comunicado de liderança no meio! Não pode tratorar desse jeito!

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM) - Sra. Vereadora, eu lhe darei o comunicado de liderança no momento oportuno. Não é o momento.

A SRA. JULIANA CARDOSO (PT) - (Pela ordem) - Não, não, eu quero antes. Eu pedi antes, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM) - Tem a palavra o nobre Vereador Paulo Frange.

A SRA. JULIANA CARDOSO (PT) - Sr. Presidente, isso é deslealante. Eu estou pedindo cinco minutos antes. Eu pedi comunicado de liderança antes de V.Exa. passar.

- Manifestações antirregimentais.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM) - Sra. Vereadora, no momento oportuno lhe darei.

A SRA. JULIANA CARDOSO (PT) - (Pela ordem) - No momento oportuno que V.Exa. quiser, mas é do Regimento, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM) - Eu lhe darei no momento oportuno, Sra. Vereadora.

A SRA. JULIANA CARDOSO (PT) - (Pela ordem) - Está V.Exa. está tratorando mais uma vez, de não me deixar falar; mais uma vez, deslealante. Nós somos poucas mulheres aqui. Queremos falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM) - Há um orador na tribuna.

A SRA. JULIANA CARDOSO (PT) - (Pela ordem) - Sr. Presidente, mais uma vez, a deslealante de V.Exa. Somos poucas mulheres aqui para pedir. Eu queria fazer um comunicado de liderança do meu Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM) - Eu lhe darei, no momento oportuno.

A SRA. JULIANA CARDOSO (PT) - É um tempo regimental.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM) - Sra. Vereadora, V.Exa. está atrapalhando. Está correndo o tempo, Sra. Vereadora.

A SRA. JULIANA CARDOSO (PT) - (Pela ordem) - Está correndo o tempo, mas é regimental, Sr. Presidente.

O SR. DALTON SILVANO (DEM) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM) - É, e lhe darei no momento oportuno. Não é V.Exa. que decide, Sra. Vereadora. Sinto muito.

A SRA. JULIANA CARDOSO (PT) - (Pela ordem) - Mas V.Exa., como Presidente, poderia fazer isso.

O SR. DALTON SILVANO (DEM) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM) - Tem a palavra, para discutir, o nobre Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE (PTB) - Sr. Presidente, obrigado pela palavra.

Senhoras e senhores, essa é uma discussão bastante...

A SRA. JULIANA CARDOSO (PT) - (Pela ordem) - Se fosse qualquer outro Vereador aqui, V.Exa. tinha feito, mas, só porque é uma mulher, V.Exa. passa por cima mais uma vez. Se fosse qualquer um daqui V.Exa. tinha passado, mais uma vez. Infelizmente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM) - Há um orador na tribuna.

O SR. PAULO FRANGE (PTB) - Sr. Presidente, só retornando o meu tempo...

- Manifestações no plenário.

O SR. PAULO FRANGE (PTB) - Sr. Presidente, só retornando o meu tempo.

Este projeto, que trata de concessão e desestatização, é um projeto que realmente mexe com a Cidade toda, mexe com ideologia, mexe com o sentimento de todos nós. E cada um daqueles que busca informação acaba por encontrar informação que parte também, ideologicamente, de algum pensador. É natural que nos confundamos no meio desse processo, e há uma dificuldade muito grande em se encontrar um ponto de equilíbrio para o debate.

A primeira grande guerra que enfrentamos aqui é a guerra dos números. É interessante: quem será que tem a verdade dos números? Há número de todo jeito, cada um chuta de um jeito. Pega-se matéria de jornal, de revista, matéria oficial, matéria do site. É impressionante.

Acabei de ligar para o Serviço Funerário de São Paulo - que será matéria para depois - para que pudéssemos fazer uma reunião e ver os números oficiais para tratarmos deles mais à frente. Temos muita informação equivocada, e isso traz um grande desgaste nesses debates.

O projeto vai tratando, em seus artigos, da forma de se fazer a desestatização e, em seu artigo 14, diz: "Os contratos de concessão e outros ajustes firmados para execução do PMD poderão prever o emprego de mecanismos privados de resolução de disputas, inclusive mediação e arbitragem (...)". Cita, o artigo 15, artigos da Lei 16.211, de 2015, que tratam da licitação, e diz, relativamente às mudanças no artigo 2º: "§ 1º A licitação referida no 'caput' deste artigo obedecerá à legislação federal e municipal pertinente, momentaneamente nos aspectos de sustentabilidade das edificações, e deverá contemplar em seu escopo Projeto de Intervenção Urbana para um raio de 600 (seiscentos) metros de cada terminal a ser concedido". Ora, estamos falando da concessão de terminais e, portanto, dentro de um raio de 600 metros. Continua o texto: "§ 2º Cada Projeto de Intervenção Urbana deverá conter o perímetro específico e as diretrizes específicas que orientarão a transformação urbanística pretendida para a região, de acordo com as suas características e potencialidades, observando-se os demais requisitos legais e regulamentares para sua elaboração".

Isso é extremamente importante - quero deixar bem claro - e é muito oportuno estar escrito aqui, porque essa discussão é muito recente. Até dois anos atrás, esse assunto não era tratado

em lugar algum. O Brasil estava fora dos países de Primeiro Mundo que utilizam seus espaços aéreos sobre os terminais de ônibus, de metrô e de trem - no nosso caso, os terminais de ônibus. Vejam o que colocamos na Lei de Zoneamento da cidade de São Paulo: "ocupação do espaço aéreo sobre estações e terminais de transporte público". Trata-se da valorização desse espaço público, que é nosso e não usamos. São escuridões que temos exatamente nos mapas da Cidade, são vazios.

- Orador passa a se referir a imagens na tela de projeção.

O SR. PAULO FRANGE (PTB) - Vejam o que diz o artigo 90 da Lei de Zoneamento: "Ficam permitidas novas construções, reformas com ampliação de área construída e regularização de edificações e instalações existentes nas áreas operacionais do sistema de transporte público coletivo e nas áreas públicas remanescentes de desapropriação relacionadas ao transporte público coletivo (...)", e esse texto foi feito para atender ao Metrô. Deem uma olhada nessa imagem. Isso é a Estação Jabaquara do Metrô. Vejam de um lado e de outro. Olhem o tamanho desse vazio inútil, num terreno que vale por milímetro em São Paulo, que ninguém usa.

Depois, vejamos a área de manobra dos trens do Jabaquara, esse enorme vazio numa região densamente povoada, e não temos *shopping*, não temos indústria, não temos nada, só casa, e tudo isso vazio. O primeiro mundo já usa isso há muitos anos: Nova Iorque, Singapura, Tóquio, todas as grandes cidades do mundo ocupam esses espaços, nós aqui deixamos por conta de ninguém.

Próximo. Vejam a Estação Barra Funda do metrô de São Paulo: a mesma coisa, o que está em vermelho é espaço que pode ser utilizado.

Próximo. Olha o que acontece em Tóquio, na mesma coisa: um espaço como esse em Tóquio é tratado dessa forma, é verticalizado. E a lei em São Paulo agora permite verticalizar sobre as estações, quatro vezes a área, sem limite de gabarito! O limite de gabarito é feito pelo Comaer, pela Aeronáutica.

Próximo. De novo, Kyoto. Próximo. Outra estação em Kyoto. Próximo, também Kyoto. Olhem os prédios corporativos atrás da estação, em cima da área do metrô. Próximo. Hotel, na mesma situação.

Próximo. Vejam: Malásia. Isso é em cima do metrô. Aqui temos um vazio, essa imagem mostra o quão distante estamos do primeiro mundo.

Próximo, esse para encerrar: 40 anos atrás, o que estamos tratando aqui, hoje. Um terminal de ônibus em Singapura. Esse terminal fica no caminho do zoológico, há 40 anos ele abrigava um *shopping* sobre o terminal do metrô. É exatamente isso que nós podemos ter hoje. Aqui nós podemos ter *shopping* ou outra coisa.

O que temos de verdade neste momento? Tão logo aprovou a Lei de Zoneamento aqui na cidade de São Paulo, o Governador Geraldo Alckmin, em menos de 60 dias depois, autorizou a construção de milhares de apartamentos sobre as estações Brás, Bresser e Mooca do metrô. É só ir lá ver. Já está iniciado.

Esse foi um projeto tratado na Lei de Zoneamento que, junto com o Estado, consegui conciliar duas situações e resolvemos a nossa questão aqui, que são os terminais de São Paulo. Isso em Singapura já chega a ficar exagerado para nós. Pode encerrar.

Então, quando falamos em usar esses espaços, que está nessa lei, é muito importante. São Paulo tem muitos terminais de ônibus. Eu acredito que 1/3 deles poderiam ser tratados, poderíamos ter edificações de todos os jeitos.

Quando começamos a discutir isso, Vereador Zé Turin, eu achei que não teríamos clientes, jamais, para encontrar: "Quem vai construir sobre essas áreas?". Mas fez-se um chamamento público, "Vamos chamar as pessoas para cá". Apareceram as entidades de saúde. Quem é que não quer ter uma central de diagnóstico numa estação de metrô, onde passam milhares de pessoas que são clientes dos planos corporativos das empresas que vão para a zona Leste? Nesse mesmo lugar, compartilhado com Habitação de Interesse Social.

Essas áreas são preciosísimas, principalmente com uma Parceria Público-Privada, para Habitação de Interesse Social, na forma de locação social. Ai sim, estaríamos dando oportunidade para o jovem morar por aí até ele resolver a vida dele; quando tiver família constituída, quando tiver seu emprego garantido em determinado bairro, muda com a família e daí vai comprar o seu apartamento e ficar dependurado numa parcela de 20 anos como todos nós ficamos - classe média ou não -, mas aí ele vai em definitivo.

Esse é um assunto bastante interessante, e o projeto traz essa oportunidade. Esse assunto...

Vereadora Soninha, por favor. (Pausa) Sr. Presidente Milton Leite, microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM) - Perdão, Sra. Vereadora.

A Sra. Soninha Francine (PPS) - Obrigada, Sr. Presidente. Vereador Paulo Frange, primeiro, parabéns pela sustentação visual, do jeito que V.Exa. está trazendo para nós.

Gostaria de contestar alguns comentários que foram feitos na tribuna pelo Vereador Alessandro Guedes e, em outro momento, também pelo Vereador Antonio Donato.

A fala do Vereador Alessandro Guedes vai ao encontro do que o Vereador Antonio Donato disse na semana passada. S.Exa. disse, por exemplo, que o Sr. Prefeito está abandonando os parques, deixando-os sucateados, que é para justificar a privatização, dizendo, assim, que o setor privado cuidaria melhor dos parques.

Na semana passada, o Vereador Antonio Donato criticou o Sr. Prefeito, a Prefeitura, por aportar R\$ 5 milhões na SPTuris, no Anhembi, dizendo que: "Ah, S.Exa. que primeiro sanear para depois privatizar", quer dizer, S.Exa. está gastando dinheiro agora para entregar algo muito melhor.

Então precisa haver uma avaliação cuidadosa de cada caso, quer dizer, a SPTuris ou o Anhembi estariam, sim, totalmente sucateados, teriam dificuldades na prestação de serviços - que hoje a SPTuris presta serviços para a Prefeitura -, se não fosse feito esse aporte de recursos.

No caso dos parques, é totalmente aceitável a crítica de que os parques continuam em estado ruim depois desses seis meses de governo. Foram entregues em estado deplorável, é verdade. Agora, é totalmente pertinente a crítica de que os parques ainda têm condições muito ruins desta gestão. Mas dizer que isso é uma manobra para justificar a privatização, não faz nenhum sentido. Aliás, os parques não serão objetos de privatização. O anexo da lei - que fala em sistema de bilhetagem eletrônica, mercados e sacolões municipais, parques, praças e planetários, remoção e pátios de estacionamento, sistema de compartilhamento de bicicletas e mobiliário urbano, conforme a Lei 14.223 - diz respeito ao capítulo 4º, que é das concessões e permissões, e não de alienação. Então, nenhum parque vai ser alienado. Pode ser feita a concessão da gestão de um parque ou a permissão, que naturalmente continua sendo um parque público. E fazendo comparações com o que já existe em outros países, o *Central Park* é de gestão privada. É um dos parques mais frequentados, talvez, do hemisfério, e a sua gestão é privada. A questão não é de o privado ser melhor do que o público, não necessariamente, mas se é da essência, da natureza do poder público, fazer a administração de determinados espaços, se tem a competência, ou se tem a pertinência.

O Vereador Alessandro Guedes falou em sanha privatista, usando, como exemplo, o Anhembi, a iluminação pública e o Autódromo de Interlagos. Tanto o Anhembi quanto o Autódromo foram objetos de análise, dos primeiros estudos para uma modelagem, para uma futura concessão, na gestão do partido do Vereador Alessandro Guedes, naturalmente. O Sr. Prefeito chegou a lançar a PPP da Iluminação Pública, que só não prosseguiu porque foi objeto de questionamento do Tribunal de Contas.

Em relação aos terminais de ônibus, nem se fala. V.Exa. mesmo está fazendo referência a eles. A Lei 16.211, de autoria do Executivo, foi aprovada no ano passado, autorizando o Executivo a fazer a concessão para administração, manutenção e conservação, exploração comercial e requalificação dos terminais de ônibus.

Obrigada.

O SR. PAULO FRANGE (PTB) - É exatamente isso.

O Sr. José Police Neto (PSD) - V.Exa. concede aparte sobre esse tema trazido pela Vereadora Soninha?

O SR. PAULO FRANGE (PTB) - Só para encerrar, exatamente sobre isso e sobre a possibilidade da mudança do potencial desses terminais e autorização, nós temos aí já o Metrô adiantado nesse processo. Estamos caminhando aqui agora. Nós precisamos cobrar da CPTM, porque, quanto às estações de trem, temos os mesmos vazios, em regiões muito distantes, em região onde não há Habitação de Interesse Social, lá para Perus, mas também nós temos a oportunidade de, muitas vezes, levar indústrias que não têm vibração, que não têm ruído e que não têm odor, indústria de tecnologia, *call center*, tudo isso pode ser utilizado; gera emprego e moradia no mesmo ambiente.

Tem aparte o nobre Vereador José Police Neto.

O Sr. José Police Neto (PSD) - Nobre Vereador, acho que temos uma oportunidade, que é, ao realizar o debate atento do projeto, qualificá-lo. Quando falamos que, de fato, o anexo é só uma concessão, é verdade, porque o patrimônio continua público. A gestão privada não é concorrente da gestão aqui anunciada pela Vereadora Soninha Francine, feita no principal parque de Nova Iorque, que é uma gestão do terceiro setor.

Qual é o problema? O nosso projeto nada traz sobre isso. Então, estamos prestes a aprovar um projeto que não explicita a possibilidade real de o modelo de Nova Iorque ser aqui implantado. Mais do que isso: O Sr. Prefeito reincidentemente vem falando que não haverá tarifa e não será cobrada. O projeto também não trata disso. O problema aqui não é desconfiar do que falamos e daquilo que escutamos: é escrever na lei, porque a lei não servirá exclusivamente para o Prefeito Doria. Servirá para S.Exa. e para todos aqueles que o sucederem. Portanto, se é desejo nosso que os parques sejam administrados pelo setor privado ou por organizações do terceiro setor, como é o caso do de Nova Iorque, nós precisamos deixar isso claro na lei, e não está. Mais do que isso, a Constituição Federal, em seu artigo 175, é cristalina em dizer o que a lei específica precisa ter. Há algo fundamental que nós temos de cuidar: o direito ao usuário deste serviço. Para cada um dos serviços concedidos, concessionários, nós temos direitos desses usuários que precisam ser preservados objetivamente na lei. Esse esforço, esta Casa ainda não fez.

Por que insisti tanto na leitura do substitutivo apresentado no Congresso? Porque teríamos como ali salvaguardar os indicadores de desempenho de gestão para esses concessionários, o direito do usuário do serviço público, que tem de ser mantido pelo concessionário, a política tarifária que respeite decisões que o Sr. Prefeito anunciou e que eu acho que nenhum Sr. Vereador é contra. Ou algum Sr. Vereador quer que se cobre ingresso em parques? Não. Mas, se não, por que não deixar isso escrito na lei? Essas são as questões que não consigo entender por que esta Casa não pode avançar e precisa fechar os olhos para fingir - e não está escrito na lei.

Por isso, acho que, sim, temos condições de melhorar muito esse projeto do Sr. Doria, mas para escrever nele aquilo que S.Exa. fala, que não será cobrado ingresso para parques. Escreva na lei. Vai deixar para a sociedade interpretar se queremos ou não uma cobrança, porque não se colocou na lei? Acho que está errado, e tínhamos de adicionar esses pontos na lei votada em primeira e em segunda.

O SR. PAULO FRANGE (PTB) - Obrigado, Vereador Police.

Bem, eu não tinha feito esse comentário no início, voltando agora a recuperar um pouco das informações, mas a lei realmente está muito distante da que vamos aprovar aqui. Temos, de fato, muita coisa a acrescentar.

Hoje estamos tratando de um assunto ainda bastante genérico, que precisamos discutir um pouco mais. Um deles é sobre os parques, abordado pela nobre Vereadora Soninha. É importante que a população saiba que alguns parques estão inclusos nessa concessão, como o Parque do Ibirapuera, de 1,3 milhão de metros quadrado, e não tenho dúvida de que lá vai haver sucesso. O nobre Vereador Police acabou de citar o parque de Nova Iorque. Temos de deixar escrito, porque não tem de ser um concessionário. Lá o grande restaurante que explora o parque e o mantém tem a concessão de 37% da área; o restante é de outros parceiros. Não precisamos ter apenas um, podemos dividir; o restaurante pode explorar a área e ter "x" por cento e não todo. Não há, portanto, a necessidade de se fazer para apenas um tipo de situação. O Parque da Acimação, de 126 mil metros quadrados; o da Anhanguera, com 9,5 milhões de metros quadrados. Aqui se trata de um projeto absolutamente diferente, porque é quase seis vezes maior do que o Ibirapuera. O Parque Buenos Aires, de 18 mil metros quadrados; o Parque do Carmo, o pedaço da parte que é Zepam, porque o restante, ZEP - Zona Especial de Preservação -, é do Estado; o Parque Cemucam; a Chácara do Jockey; o Parque Toronto; o Parque Independência; o Jardim da Luz; o Trianon; o Parque do Trote, na Vila Guilherme; o Parque Ecológico da Vila Prudente. Toda essa área somada resulta em 700 mil metros quadrados, uma área muito grande. Os demais chegam a 107: os parques lineares; os parques naturais. Vamos precisar, portanto, que esses parceiros também possam administrar, conjuntamente, parques que têm muita oportunidade de serem viáveis economicamente, mas teremos de tomar muito cuidado para não esbarrar na Lei Cidade Limpa; senão, daqui a pouco, esses parques vão ser mantidos com plaquinha de todo jeito, forma e tamanho.

Teremos de tratar disso na lei, precisaremos acrescentar isso. Não podemos também deixar aberto para tudo e depois ficarmos batendo boca, xingando e, toda semana, convocando alguém para vir aqui e reclamarmos desse assunto.

Outra situação que nos preocupa muito, outra paixão brasileira e uma paixão que temos na cidade de São Paulo, é a figura do mercado. Não há quem não goste dos mercados municipais e não tenha paixão pelo mercado da sua região. Todos nós temos um carinho muito grande pelo Mercado da Lapa, pelo Mercado da Cantareira e por todos os sacolões. Percebi isso na recente discussão que houve na escolha do espaço para o Hospital da Brasília. A briga foi enorme. Mesmo se tratando de um enorme prédio para um hospital, o pessoal estava muito mais bravo porque o sacolão ia sair de lá no futuro. Mas só irá sair quando outro ficar pronto e após ser entregue à sociedade. Esse acordo foi feito e vai ser cumprido. Então, o pessoal realmente tem uma relação muito estreita com os sacolões.

Há 15 mercados para serem tratados nesse assunto e aqui podemos ver claramente, Vereador Adilson Amadeu, que não podemos passar isso para um só. Temos de regionalizar e ter o perfil de quem vai administrar mercado e sacolões para não haver um misto de mercados e sacolões na mesma região, para que possamos ter uma qualidade boa de serviço e possa comparar.

Aqui foi colocado muito interessante: nós temos de ter os nossos indicadores muito claros e as atualizações desses indicadores. Esses serviços têm de prestar contas na Câmara de São Paulo.

Nós temos 17 sacolões na cidade de São Paulo. Uma das grandes preocupações que nós temos é: como é que nós vamos fazer o controle e a gestão de tudo isso?

A figura da agência: nós temos muito medo de agência. Eu me arrepio quando me lembro de ANAC. Todos vocês conhecem e sabem do quanto nós temos preocupação com a ANAC. A ANAC não teve, ainda, o respeito que deveria ter como instituição tão importante quanto é a Agência Nacional de Aviação Civil.